



**IFBA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA
CAMPUS - PORTO SEGURO
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

AMANDA GOMES DA SILVA

LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Porto Seguro - BA
2026

AMANDA GOMES DA SILVA

LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte do requisito à obtenção do grau de Licenciatura em Computação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA Campus Porto Seguro.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Kátia Silva Santos

Porto Seguro - BA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas do IFBA

S586l Silva, Amanda Gomes da
Letramento digital na educação de jovens e adultos / Amanda
Gomes da Silva – Porto Seguro, 2026.
45 f.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Silva Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em
Computação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Bahia, 2026.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Letramento digital. I. Título.

CDD 374



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA**

ATA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA GOMES DA SILVA

LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Computação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *Campus* Porto Seguro, pela seguinte banca examinadora:

Professora Kátia Silva Santos (Orientadora/ IFBA, Campus Porto Seguro)

Professora Polliana Almeida da Cruz Silva (Membro Examinador/SESC, Porto Seguro)

Professora Ivana Carolina Alves da Silva Souza (Membro Examinador/IFBA, Campus Porto Seguro)

Documento assinado digitalmente
gov.br POLLIANA ALMEIDA DA CRUZ SILVA
Data: 26/02/2026 19:36:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br IVANA CAROLINA ALVES DA SILVA SOUZA
Data: 27/02/2026 16:19:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br KATIA SILVA SANTOS
Data: 27/02/2026 16:24:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por **KATIA SILVA SANTOS, Docente**, em 24/02/2026, às 11:36, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ivana Carolina Alves da Silva Souza, Docente**, em 25/02/2026, às 09:25, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4707183** e o código CRC **C3481043**.

RESUMO

Este trabalho destaca como o Letramento Digital é abordado na Educação de Jovens e Adultos (EJA). No contexto tecnológico atual, os serviços públicos e privados têm se digitalizado de forma acelerada, transformando a maneira como as pessoas acessam informações e realizam atividades cotidianas. Esse cenário impõe desafios especialmente àquelas pessoas que cresceram em uma era predominantemente analógica, tornando-as mais vulneráveis às exigências do mundo digital. Neste sentido, a pesquisa tem o objetivo de mapear estratégias metodológicas voltadas para o ensino ou prática de letramento digital em turmas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando o Mapeamento Sistemático da Literatura como método de investigação. São apresentadas a história da EJA, além dos conceitos de alfabetização digital, letramento digital e cultura digital. Os resultados evidenciam que o letramento digital na EJA configura-se como instrumento de inclusão social e participação crítica, embora ainda enfrente desafios estruturais e pedagógicos que limitam sua consolidação. Conclui-se que sua efetivação depende de práticas contextualizadas, planejamento contínuo e políticas públicas que garantam acesso equitativo às tecnologias digitais.

Palavras-chave: EJA. Cultura digital. Letramento digital. Alfabetização digital.

ABSTRACT

This work highlights how Digital Literacy is addressed in Youth and Adult Education (EJA). In the current technological context, public and private services have been digitalizing rapidly, transforming the way people access information and perform everyday activities. This scenario imposes challenges especially on those who grew up in a predominantly analog era, making them more vulnerable to the demands of the digital world. In this sense, the research aims to map methodological strategies aimed at teaching or practicing digital literacy in Youth and Adult Education classes in Brazil. The study was conducted through a qualitative approach, using Systematic Literature Mapping as the research method. The history of EJA is presented, along with the concepts of digital alphabetization, digital literacy, and digital culture. The results show that digital literacy in EJA functions as an instrument for social inclusion and critical participation, although it still faces structural and pedagogical challenges that limit its consolidation. It is concluded that its effective implementation depends on contextualized practices, continuous planning, and public policies that ensure equitable access to digital technologies.

Keywords: EJA. Digital culture. Digital literacy. Digital alphabetization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos encontrados por String de busca

Quadro 2 - Quantidade de trabalhos filtrados por título e resumo

Quadro 3 - Lista de trabalhos filtrados por título e resumo

Quadro 4 - Conjunto final de trabalhos para análise

Quadro 5 - Conceitos recorrentes nos estudos

Quadro 6 - Estratégias de letramento digital na EJA apresentada nos trabalhos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EJAI - Educação de Jovens, adultos e idosos.
ID - Identificador
IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MSL - Mapeamento Sistemático da Literatura
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PL - Projeto de Lei
PNE - Plano Nacional de Educação
PNED - Política Nacional de Educação Digital
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA
SBC - Sociedade Brasileira de Computação
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SESC - Serviço Social do Comércio
TDIC - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral.....	11
2.2 Objetivos específicos.....	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	12
3.2 Cultura Digital.....	17
3.3 Alfabetização Digital e Letramento Digital.....	19
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	22
4.1 Levantamento de material bibliográfico.....	22
4.2 Definição de critérios de inclusão e exclusão dos estudos.....	23
4.3 Classificação e extração dos dados.....	23
4.4 Análise e síntese dos dados.....	23
5. RESULTADOS.....	24
6. DISCUSSÃO.....	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Desde a minha infância, todos os espaços que ocupei eram limitadores. No entanto, só enxerguei esses limites quando tive acesso a outros lugares, que ainda não são totalmente livres, mas pelo menos com horizontes mais amplos que minha cidade. Foi necessário afastar-me daquele ambiente para reconhecer o quanto estávamos conformados com aquela realidade.

Em resumo, eu não tive dificuldade em me identificar como oprimida, conceito trabalhado por Paulo Freire na obra "Pedagogia do Oprimido" (1996). Essa leitura e reflexão contribuem para contextualizar a origem do meu interesse pelo Letramento Digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tornando necessário o registro de um relato pessoal. Desde o processo de alfabetização, passei a auxiliar em tarefas domésticas que exigiam leitura, como a busca por papéis e documentos, especialmente quando os adultos enfrentavam dificuldades com letras pequenas ou com a compreensão dos textos.

Passei a exercer essa mesma função quando minha família teve condições de acessar e adquirir os chamados celulares tradicionais, classificados como aparelhos de segunda geração (CUNHA, 2010). Minha família conseguia realizar ligações e cadastrar novos contatos; contudo, frequentemente apresentava dificuldades para ler as mensagens recebidas e, na ausência de óculos, eu assumia o papel de porta-voz.

Nesse momento eu gostava, pois eu podia brincar um pouco com os joguinhos que vinham instalados no aparelho e vasculhar todas as nove opções do menu. Nessa exploração, eu ia descobrindo as funções que o celular tinha. Então, se por algum motivo o celular ficasse silencioso, era mais fácil pedir para que eu ajustasse, porque, de tanto "fuçar" o celular, eu sabia como "consertar".

Embora esse relato possa parecer comum, ele reflete a realidade vivenciada atualmente por muitas pessoas mais velhas, que, em geral, não possuem o hábito de explorar seus aparelhos eletrônicos nem de se manter atualizadas em relação às novas tecnologias. Essa falta de familiaridade com os recursos digitais limita a autonomia desses sujeitos.

Diante da necessidade de realizar tarefas simples, porém importantes, essas pessoas costumam recorrer à ajuda de terceiros. No entanto, nem sempre encontram alguém disponível para auxiliá-las, o que pode gerar sentimentos de

insegurança, dependência e às vezes desespero, até que consigam o apoio necessário.

Situações como essa evidenciam a dependência e vulnerabilidade das pessoas, especialmente das gerações mais antigas, que enfrentam dificuldades devido à falta de letramento digital.

Neste momento tecnológico da sociedade, os serviços públicos e privados têm se tornado cada vez mais digitais. Essas mudanças obrigam que pessoas que vieram de uma era analógica também estejam sujeitas às novas tecnologias. Atividades como realizar um cadastro em uma plataforma ou encontrar determinado serviço na internet geram muitas dúvidas em pessoas com mais idade.

Geralmente, elas recorrem aos filhos, netos ou qualquer jovem da família que julgam ter mais habilidades tecnológicas. Entretanto, essa dependência se torna cansativa para quem sempre ajuda e um problema quando essa pessoa está sozinha, pois ela pode deixar de fazer algo importante simplesmente por não saber usar uma plataforma ou correr o risco de expor seus dados pessoais ao pedir ajuda para pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar confiável.

Alguns, mesmo com certa dificuldade, ainda se esforçam para utilizar os smartphones e seus aplicativos, porém, quando eles acessam um novo site ou quando um software realiza uma atualização que muda um detalhe no layout, eles sentem que não sabem usar mais aquela tecnologia.

Algo interessante é que a maioria dessas plataformas repete informações visuais, ou até mesmo a sequência de passos para realizar uma determinada tarefa. Podemos observar, por exemplo, que para instalar um software é necessário ir à loja de aplicativos; para achar o aplicativo, é comum ter uma barra de pesquisa, que pode ser representada pelo símbolo de lupa ou pela caixa de texto identificada pela palavra “Pesquisar”. Independentemente do sistema do smartphone, esses passos são os mesmos.

Apesar de muitas plataformas digitais seguirem padrões parecidos, nem todas as pessoas conseguem utilizá-las com facilidade. O simples uso da tecnologia não garante aprendizado.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação brasileira oferecida para pessoas que, por motivos diversos, estão fora do fluxo de idade/série. Para este público, a educação tecnológica, além de necessária, também se faz urgente, pois o indivíduo deve ser

capaz de exercer sua cidadania em todos os contextos, inclusive o digital, visto que todas as demandas da vida adulta, como saúde e trabalho, exigem processos burocráticos realizados em plataformas digitais.

Neste sentido, nos questionamos: quais as estratégias metodológicas voltadas ao letramento digital, pensadas de forma específica para o público da Educação de Jovens e Adultos?

Baseando-se neste questionamento, o objetivo deste estudo é realizar um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) acerca da produção científica que anuncia estratégias metodológicas voltadas para o ensino do letramento digital, pensadas de forma específica para o público da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Este estudo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos; em seguida, o referencial teórico, que aborda a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a cultura digital, a alfabetização digital e o letramento digital; posteriormente, são descritos os procedimentos metodológicos, seguidos da apresentação dos resultados; e, por fim, das conclusões.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Mapear estratégias metodológicas voltadas para o ensino ou prática do letramento digital em turmas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

2.2 Objetivos específicos

a) Analisar como a literatura evidencia a importância do letramento digital na Educação de Jovens e Adultos e seus contextos;

b) Identificar quais são as estratégias existentes para o desenvolvimento do letramento digital na Educação de Jovens e Adultos no Brasil;

c) Examinar as estratégias existentes para o desenvolvimento do letramento digital na EJA.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste espaço será apresentada a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como o conceito de Cultura Digital e os significados de Alfabetização e Letramento Digital.

3.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil foi sendo tecida por muitos enredos históricos, sociais e políticos que refletiram em uma oscilação quanto à continuidade desta modalidade de ensino. Antes de iniciar a trajetória da EJA, iremos classificar a educação como educação formal e não formal, sendo a primeira compreendida como educação escolar, regida por um sistema normatizado por leis, e a segunda, como produção e partilha de saberes em outros espaços (GOHN, 2006).

Do Período Colonial, passando por eventos tais como a ação educativa missionária dos jesuítas e a Lei Saraiva de 1882, é possível afirmar que não existiu uma política educacional voltada para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil nesse período (MELO; LOPES, 2020).

As primeiras evidências indicam que, após a Revolução de 1930, o movimento que ganhou força foi o da Escola Nova. Em 1932, um grupo formado por educadores como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros personagens importantes publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse Manifesto tinha como objetivo dar maior peso ao ensino de matérias científicas, com a pretensão de modernizar o país e adotar uma metodologia ativa, na qual o educando teria espaço de expressão e autonomia, superando a visão de que ele seria apenas um receptor passivo de conhecimentos (REZENDE, 2022).

Neste período, surgiram campanhas e ações de alfabetização de adultos que ganharam força a partir da Constituição de 1934, que instituiu em nível nacional a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para todos. Posteriormente, foram instituídos o Fundo Nacional de Ensino Primário em 1945 e o Serviço de Educação de Adultos em 1947. Ainda em 1947, iniciou-se a Campanha de Educação de

Adultos, seguida pela Campanha de Educação Rural em 1952 e pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 (BRASIL, s.d.).

As campanhas de educação de jovens e adultos se intensificaram nesse período, impulsionadas pela redemocratização do país, pelo fim do Estado Novo e pela necessidade de integrar migrantes rurais às cidades, além de aumentar a produção econômica e as bases eleitorais dos partidos (BRASIL, s.d.).

Em 1947, o Ministério da Educação (MEC) produziu pela primeira vez materiais didáticos próprios para alfabetizar adultos, utilizando o Método Laubach como base. Este método de ensino foi criado pelo Dr. Frank Laubach, que tinha ampla divulgação na época, era voltado para o ensino de adultos e consistia no aprendizado das sílabas, a partir de um “som-chave”, e na composição de palavras com essas sílabas. O Método Laubach restringia-se apenas à aquisição das habilidades de leitura e escrita (REZENDE, 2022).

Na década de 1950, a Campanha Nacional de Educação de Adultos enfrentou dificuldades administrativas, financeiras e pedagógicas, resultando em um aprendizado superficial e abaixo do esperado, o que levou ao seu encerramento em 1958 (REZENDE, 2022).

É neste mesmo período que o educador Paulo Freire inicia seu envolvimento com a educação de jovens e adultos. Freire foi diretor do setor de Educação e Cultura do SESI de 1947 a 1954, quando teve contato com a educação de adultos trabalhadores; desde então se apropriou da luta pela educação como prática da liberdade, desenvolvendo sua práxis enquanto pedagogo do oprimido (GADOTTI, 1996, p. 33). Este envolvimento resultou na criação de um método de alfabetização inteiramente voltado para a educação de adultos que ficou mundialmente conhecido como Método Paulo Freire. A modalidade de ensino EJA ganhou força e o devido destaque a partir da ação prática e teorização (práxis) de Paulo Freire.

O Método Paulo Freire é uma reorganização da práxis pedagógica. Dois aspectos são importantes na implementação do método: o primeiro é o círculo de cultura, que substitui a rigidez do espaço pedagógico, e o segundo é o professor atuando de forma diretiva e dialógica (DICKMANN; DICKMANN, 2020, p. 57). O método é apresentado em cinco fases, sendo a primeira o levantamento do universo vocabular (a fase de leitura do mundo em que vai se trabalhar); a segunda é a escolha das palavras geradoras (escolher as palavras mais ricas fonética e culturalmente); a terceira fase é a criação de situações existenciais (pensar

situações existenciais típicas do grupo com que estou trabalhando); a quarta fase é a elaboração das fichas de cultura/descoberta (problematização a partir da apresentação de uma imagem); e, por último, a quinta fase, que é a decomposição das fichas, no contexto de alfabetização, é a formação das famílias fonéticas. A partir das relações entre linguagem, realidade e cultura, o objetivo do método é promover a conscientização e autonomia do indivíduo.

No final dos anos 1950, o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, discutiu políticas para melhorar a escola primária e a educação popular. Paulo Freire e a delegação de Pernambuco defenderam que, no Nordeste, o analfabetismo era um problema social ligado à miséria, e que não seria possível superá-lo sem enfrentar primeiro as condições sociais da região. (Fávero, 2015; Paiva, 2015, apud Lima, 2024).

Em 1961, surge também o Movimento de Educação de Base (MEB), que passou a desenvolver ações educativas em diferentes regiões do país, alcançando, por exemplo, cidades do Nordeste como Natal e Aracaju, por meio de programas radiofônicos como principal recurso pedagógico. A iniciativa nasceu de uma parceria entre o Governo Federal e a Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tornando-se oficialmente instituída pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961 (SANTOS, 2014).

No ano de 1964, é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização como política pública de educação de adultos, fundamentado na abordagem de Paulo Freire e desenvolvido por alfabetizadores populares, estudantes e sindicatos. Porém, neste mesmo ano acontece o Golpe Civil-Militar, que, por questões políticas, desarticula os movimentos de cultura e educação popular, acompanhado do confisco e da eliminação dos materiais que haviam sido produzidos (LIMA, 2024).

Para tentar resolver a grave situação de analfabetismo em que o Brasil se encontrava, surge, então, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, durante o governo Costa e Silva, com o objetivo de oferecer alfabetização funcional e educação continuada para jovens e adultos, uma educação com o perfil mais técnico (LIMA, 2024).

Com a redemocratização nos anos 1980, os movimentos sociais ganham força e surgem turmas de pós-alfabetização. Em 1985, o MOBRAL, já sem credibilidade, é encerrado e substituído pela Fundação EDUCAR, responsável por

oferecer apoio financeiro e técnico às iniciativas do governo, de organizações civis e de empresas (MELO; LOPES, 2020).

Em 1991, foi criado o Instituto Paulo Freire, uma instituição voltada à promoção de uma educação libertária e transformadora, inspirada nos princípios defendidos pelo educador Paulo Freire (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2025).

Finalmente, em 1996, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos ganhou corpo político com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Em seguida, no ano de 2000, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou o Parecer CNE/CEB 11/2000 para oferecer diretrizes claras quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000).

Dessa forma, a seção V da LDB garante:

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Ainda como esforço governamental na luta contra o analfabetismo, em 2003, o governo brasileiro implantou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), direcionado à

alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa prioriza municípios com índices de analfabetismo acima de 25%, dos quais aproximadamente 90% estão concentrados na região Nordeste (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014).

Em 2006, com o objetivo de proporcionar formação geral, ensino fundamental ou médio, junto com formação profissional. O Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), estabelecendo que instituições federais de educação profissional, por exemplo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), ofereçam cursos que integrem formação geral e qualificação profissional para jovens e adultos com trajetórias escolares interrompidas.

Para orientar políticas públicas voltadas à universalização do acesso à EJA, a Lei nº 13.005/2014 estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, determinando metas e estratégias para garantir a melhoria da qualidade da educação brasileira em todos os níveis.

Entretanto, em 2020, diante da pandemia da Covid-19, as escolas tiveram suas atividades suspensas. Com o prolongamento da quarentena, o MEC homologou o Parecer CNE/CP nº 9/2020, que autorizou a reorganização do calendário escolar e o cômputo de atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária mínima anual.

Foram recomendadas para a EJA metodologias adaptadas às suas particularidades, dialogando com os estudantes e realizando adoção de estratégias como pedagogia de projetos, melhoria da infraestrutura e atenção às características do ensino noturno, garantindo a qualidade do ensino.

No entanto, como aponta o trabalho de Machado e Ribeiro (2021), a realidade se impôs ao planejado, e os alunos da EJA estiveram entre os mais prejudicados. Muitas turmas foram fechadas e os estudantes que permaneceram tiveram maiores dificuldades de aprendizagem justamente pela falta de habilidades com o meio digital.

Para além dos muros e sistemas escolares, podemos lembrar, rapidamente, da população formando filas quilométricas em frente às agências bancárias para se

cadastrar em um aplicativo de auxílio emergencial no próprio smartphone¹. Este cenário revelou o despreparo da sociedade para lidar com uma cultura amplamente digital, principalmente do público de adultos e idosos.

A pandemia forçou mudanças significativas na educação. Devido às dificuldades enfrentadas, as instituições educacionais usaram várias estratégias para garantir a continuidade da aprendizagem. O Serviço Social do Comércio (SESC) publicou no Rede.S² sobre projetos educativos realizados durante a pandemia, com o tema “Painel Rede.S: Desafios da Educação e Propostas Frente à Pandemia”. Dentre os projetos apresentados, uma das ações realizadas no SESC do Rio Grande do Norte voltada para o público da EJA revela que foi necessário o uso de metodologias ativas e recursos didáticos como videoaulas, podcasts, interações virtuais e a plataforma de mensagens WhatsApp (SESC, 2021).

Depois deste contexto de pandemia, dentre as ações mais recentes pensadas para o público da EJA no Brasil, temos a tramitação de dois Projetos de Lei (PL). Um é o movimento de representantes governamentais e do setor de ensino que estão buscando formas de impulsionar a EJA dentro do novo Plano Nacional de Educação (PL 2614/24) que terá vigência até 2034.

E o outro PL trata da inclusão de idosos na modalidade EJA (PL 2679/2024), que, se sancionado, a modalidade passará a ser chamada de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). A mudança tem como justificativa assegurar que as políticas e programas educacionais sejam adequados às necessidades específicas dos idosos.

No mundo atual, incluir o idoso formalmente no sistema de ensino significa garantir que, além da alfabetização, ele tenha acesso também ao letramento digital. Diante dessa necessidade de integração na sociedade moderna, para o exercício pleno da cidadania, é necessário compreender o conceito de cultura digital, conforme veremos a seguir.

3.2 Cultura Digital

¹ O Globo. Desinformação e erros no sistema aumentam filas nas agências da Caixa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/desinformacao-erros-no-sistema-aumentam-filas-nas-agencias-da-caixa-1-24398865>. Acesso em: 03 fev. 2026.

² Plataforma exclusiva para os educadores do Sesc.

Para melhor compreendermos o termo “Cultura Digital”, podemos observar o significado separado das palavras “cultura” e “digital”. O conceito de cultura é diverso e estudado em muitas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; dessa forma, a partir das pesquisas de Daniele Canedo (2009), podemos resumir cultura em três concepções fundamentais: “1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano”. Assim, a primeira concepção de cultura abordada por Canedo se adequa melhor ao entendimento de cultura que aqui estamos estudando. Podemos afirmar então que a construção da cultura é dada pela forma que as pessoas interagem de acordo com o espaço e tempo em que estão inseridas.

O modo de viver, a doutrina, os usos e costumes desenvolvidos em uma comunidade partem do instinto humano de sobrevivência e esforço para alcançar a longevidade de vida. As ferramentas criadas ao longo do tempo refletem a necessidade de se proteger de predadores, se alimentar, se resguardar do frio e do calor. Historicamente, surgem instrumentos que, após a sua agregação à humanidade, é praticamente impossível desassociar-se da sociedade. A exemplo disso, de acordo com as pesquisas de Santos (2022) e Santos Junior; Silva (2022), temos a tecnologia do fogo e os instrumentos de pedras, que surgiram no período paleolítico. Estas ferramentas foram adotadas pelos homens há praticamente 1 milhão de anos e são usadas até os dias de hoje, porém de forma mais sofisticada e variada.

Na atualidade, as ferramentas voltadas à sobrevivência foram progressivamente aperfeiçoadas, dando lugar à integração das tecnologias digitais no cotidiano. O termo “digital”, derivado do latim *digitus*, refere-se às tecnologias baseadas na transmissão de dados por meio do sistema binário (0 e 1) (Kenski, 2018), configurando o início de uma nova fase histórica: a Era Digital. As novas tecnologias de informação e comunicação mudaram as formas do entretenimento e do lazer, bem como do trabalho, do gerenciamento político, da segurança, consumo, comunicação e educação (SANTAELLA, 2003). Dessa forma, contribuindo então para o desenvolvimento da Cultura Digital.

A cultura digital é definida, portanto, como uma extensão dos modos de vida contemporâneos, caracterizada pela integração cotidiana das tecnologias digitais às práticas sociais, culturais e de comunicação. Nesse contexto, as interações

humanas passam a ser mediadas também por redes, plataformas e dispositivos conectados, ampliando as possibilidades de produção, circulação e compartilhamento de informações. A cultura digital não se restringe ao uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), mas envolve novas formas de linguagem, participação, colaboração e construção coletiva de significados, transformando profundamente as relações entre sujeitos, conhecimentos e comunidades. Como afirma Lúcia Santaella (2003):

Os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens e processos de comunicação que neles se engendram, os verdadeiros responsáveis não só por moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também por propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais Santaella (2003).

Diante desta realidade, em 2023 foi instituída a Política Nacional de Educação Digital (PNED), com a Lei Nº 14.533, para promover a inclusão digital e desenvolver competências digitais na população, por meio da modernização do ambiente escolar, da garantia do acesso à conectividade e promoção do pensamento computacional juntamente com a cultura digital.

No entanto, desde 2019, a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) já havia publicado um documento contendo as Diretrizes da SBC para ensino de Computação na Educação Básica. Este documento define alguns termos usados na área, explica o que é computação, apresenta as competências específicas que são desenvolvidas por essa ciência e descreve os objetos de conhecimentos e habilidades da Computação para cada nível de ensino.

De acordo com as diretrizes, compreender o mundo digital é importante para se apropriar dos processos que acontecem no mundo real e digital. Porém, é necessário um letramento em tecnologias digitais para ter habilidade de se expressar e se comunicar efetivamente, ou seja, para fazer parte da construção da cultura digital, é indispensável o desenvolvimento do letramento digital, tema que será aprofundado no próximo tópico.

3.3 Alfabetização Digital e Letramento Digital

O termo alfabetização é atribuído ao processo de ensino e aprendizagem da escrita como representação da linguagem humana por meio do alfabeto e das regras de ortografia. É a capacidade de dominar o sistema de escrita e também de utilizar adequadamente os instrumentos e recursos necessários para produzir textos (SOARES; BATISTA, 2005). Segundo Colello (2016), quando o indivíduo supera as dimensões de codificar e decodificar e investe nos modos como se relaciona com seu mundo, o conceito de alfabetização se amplia.

É neste momento que autores como Soares (2002) surgem com a definição de "letramento"; podemos compreendê-lo como o uso da leitura e escrita para além do alfabetizar. Isto é, saber interpretar, analisar, produzir e atribuir sentido aos textos em contextos reais do cotidiano, como no trabalho, na comunidade, na escola e, atualmente, nos ambientes digitais.

De acordo com o IBGE, o uso da internet pela população cresceu consideravelmente de 2019 a 2021; a hiperconectividade transformou o modo como as pessoas interagem entre si e com a informação. Devido a essas mudanças, assim como as outras estruturas institucionais, surgiu também na educação a necessidade de atualizar as práticas pedagógicas, buscando estratégias adequadas que permitam a compreensão e a capacidade crítica de usar os recursos tecnológicos disponíveis. Tais mudanças apontam então para o surgimento dos conceitos de alfabetização e letramento digital (COUTO, 2012).

Para Colello (2016) e Bonilla (2002), o termo "alfabetização digital" se refere ainda aos processos de leitura e escrita, porém no meio digital, tratando-se de uma alfabetização que acompanha as condições e demandas do mundo atual em que estamos inseridos.

Entretanto, de acordo com Soares (2002), o mais adequado neste contexto digital é o conceito de "letramento digital", que é o estado ou condição dos que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição do letramento dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel. Outra definição de letramento digital é a partir de Souza (2010, p. 60), que conceitua letramento digital como o conhecimento e as habilidades de utilizar a tecnologia com autonomia e em atendimento das necessidades pessoais, sociais e profissionais.

O letramento digital, quando articulado à cultura digital, que envolve modos de viver, interagir e produzir conhecimento mediados pelas tecnologias, torna-se

ainda mais relevante, pois, ao desenvolver competências e habilidades para localizar, selecionar, navegar e interpretar informações na internet, o indivíduo é preparado para atuar plenamente nos espaços sociais, educacionais e profissionais que se organizam em meio digital.

Como forma de disseminar e integrar o ensino de Computação na educação básica, desde 2022, o MEC homologou o Parecer CNE/CEB nº 2/2022 (BRASIL, 2022), que estabelece normas para o ensino de Computação na educação básica em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) baseada nas diretrizes da SBC, representando um importante avanço para a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas às demandas da sociedade tecnológica. A BNCC - Computação é dividida em três eixos estruturantes:

[...]

1. Pensamento Computacional: refere-se à habilidade de compreender, analisar definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, através do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento.

2. Mundo Digital: envolve aprendizagens sobre artefatos digitais, compreendendo tanto elementos físicos (computadores, celulares, tablets) e virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados). Compreender o mundo contemporâneo requer conhecimento sobre o poder da informação e a importância de armazená-la e protegê-la, entendendo os códigos utilizados para a sua representação em diferentes tipologias informacionais, bem como as formas de processamento, transmissão e distribuição segura e confiável.

3. Cultura Digital: envolve aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade contemporânea; bem como a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos veiculados; assim como fluência no uso da tecnologia digital para proposição de soluções e manifestações culturais contextualizadas e críticas (BRASIL, 2022, p. 55).

Cabe ressaltar que cada eixo organiza-se em três subeixos, o Letramento Digital é um dos subeixos e está inserido em Cultura Digital. Nesse contexto, este estudo investiga como esse conceito de Letramento Digital é compreendido e aplicado no âmbito da EJA, seguindo a metodologia apresentada a seguir.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa. Esse tipo de abordagem é comumente utilizado para compreender de forma aprofundada fenômenos sociais e comportamentais em diferentes contextos. Não se caracteriza por uma estrutura rigidamente definida, pois parte de questões amplas que são desenvolvidas ao longo da investigação, podendo assumir diferentes caminhos conforme o seu andamento (GODOY, 1995).

Nesse contexto, para o levantamento dos dados, adotou-se como método o Mapeamento Sistemático da Literatura, compreendido como uma modalidade de pesquisa secundária que possibilita a sistematização de produções científicas a partir de um protocolo previamente definido, podendo incorporar elementos de natureza quantitativa e qualitativa.

No presente estudo, os trabalhos selecionados fundamentaram uma análise descritiva, voltada à organização e caracterização dos dados, e interpretativa, orientada à compreensão crítica das tendências e perspectivas presentes na literatura.

Desta forma, realizamos um Mapeamento Sistemático da Literatura acerca da produção científica que anuncia estratégias metodológicas voltadas para o ensino do letramento digital, pensadas de forma específica para o público da Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa está organizada em etapas de acordo com os subtópicos a seguir:

4.1 Levantamento de material bibliográfico

O levantamento de material bibliográfico foi realizado nas fontes de busca Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, com as respectivas strings: “analfabetismo digital no Brasil”, “analfabetismo digital na EJA” e “letramento digital na EJA”, determinadas com a finalidade de abranger e cumprir com os objetivos da pesquisa. Para realizar a busca, cada string foi aplicada nas três fontes; em seguida, era identificada a quantidade de resultados encontrados e, assim, todos eram coletados e organizados em planilhas.

4.2 Definição de critérios de inclusão e exclusão dos estudos

Para filtrar o material de análise, foram definidos critérios de inclusão (C.I.) e critérios de exclusão (C.E.) listados como:

C.I. - arquivo disponível com texto completo;

C.I. - estudos que abordem a temática do letramento digital na EJA;

C.E. - textos duplicados;

C.E. - estudos que não contemplem a temática do letramento digital;

A aplicação dos critérios foi realizada, inicialmente, verificando os títulos e resumos de cada trabalho. Após essa etapa, os artigos que atenderam aos critérios de inclusão foram selecionados para leitura integral dos textos.

4.3 Classificação e extração dos dados

Para organizar a coleta de dados, foram criadas quatro planilhas identificadas como P1, P2, P3 e P4. Nas três primeiras constam a organização dos trabalhos encontrados de acordo com as strings de busca, sendo P1 - “analfabetismo digital no Brasil”, P2 - “analfabetismo digital na EJA”, e P3 - “letramento digital na EJA”. A planilha P4 foi preenchida posteriormente, reunindo exclusivamente os estudos que atenderam aos critérios de inclusão previamente definidos, constituindo o conjunto de trabalhos selecionados para leitura integral e análise aprofundada.

Nelas, os estudos foram listados, contendo informações como ano, autor, título e link de acesso ao arquivo.

4.4 Análise e síntese dos dados

Nesta etapa, foram acrescentadas categorias à planilha de extração, contemplando: síntese do trabalho, estratégia de ensino, local de pesquisa, instituição e tipo de pesquisa.

Sendo assim, foi realizada a leitura integral dos estudos selecionados, preenchendo as categorias acrescentadas. A análise foi realizada de forma descritiva, com o objetivo de organizar e classificar os estudos de acordo com os critérios definidos na pesquisa. As categorias foram estabelecidas com base nos

objetivos do trabalho, possibilitando a organização dos estudos em grupos semelhantes para facilitar a comparação.

Em resumo, para facilitar as análises, os trabalhos foram organizados em ordem crescente por ano de publicação, identificando o autor, título, link de acesso ao arquivo, síntese do trabalho, estratégia de ensino, local de pesquisa, tipo de pesquisa e instituição.

A síntese dos dados possibilitou identificar tendências e recorrências atendendo ao propósito exploratório característico do MSL.

A seguir estão apresentados em quadros os resultados encontrados em cada etapa.

5. RESULTADOS

A partir da aplicação da metodologia de mapeamento sistemático da literatura, apresentam-se, nesta seção, os resultados obtidos, organizados conforme as etapas da Seção 4.

Portanto, o Quadro 1 a seguir apresenta os resultados da aplicação da Etapa 4.1, que se refere ao levantamento de material bibliográfico.

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos encontrados por String de busca

STRING	“analfabetismo digital no Brasil”	“analfabetismo digital na eja”	“letramento digital na eja”
GOOGLE ACADÊMICO	16	4	58
PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	34	11	2
SCIELO	0	0	0
TOTAL DE TRABALHOS ENCONTRADOS POR STRING	50	15	60
TOTAL GERAL	125		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes de seguir para a aplicação dos critérios, foi observado, curiosamente, que na fonte de busca da SciELO nenhuma das strings tinha trabalhos encontrados. Foram realizadas, então, outras buscas isoladas para verificar se a formatação de pesquisa poderia ser incompatível com a plataforma, mas foi constatado que outras strings de busca na mesma formatação tiveram trabalhos encontrados; logo, foi considerado que a SciELO não tinha ou não encontrou trabalhos que atendessem às strings dessa pesquisa.

A seguir, no Quadro 2, estão registrados a quantidade de trabalhos selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão definidos na Etapa 4.2 da seção 4.

Quadro 2 - Quantidade de trabalhos filtrados por título e resumo

STRING	“analfabetismo digital no Brasil”	“analfabetismo digital na eja”	“letramento digital na eja”
TOTAL DE TRABALHOS APÓS APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO (C.I e C.E)	4	3	29
TOTAL GERAL	36		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A aplicação inicial desses critérios resultou na seleção de 44 estudos. No entanto, após a revisão da triagem, verificou-se a necessidade de reaplicar os critérios de forma mais rigorosa, o que reduziu o conjunto para 36 trabalhos destinados à leitura completa.

Destaca-se que parte das exclusões ocorreu devido à identificação de estudos duplicados, uma vez que alguns trabalhos estavam disponíveis em mais de uma fonte de busca.

Deste modo, foram selecionados 36 trabalhos para leitura completa, organizados no Quadro 3, conforme a planilha P4 (Seção 4, Etapa 4.3).

Quadro 3 - Lista de trabalhos filtrados por título e resumo

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO
1	2011	CURTO, Viviane Gonçalves.	O ACESSO ÀS PRÁTICAS DE LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
2	2015	DA SILVA, Marilda Coelho.	LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESPERANÇA-PB
3	2015	FERNANDEZ, Viviane Rodrigues.	O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROMOTORAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL. BREVE OLHAR PARA O CONTEXTO PAULISTANO
4	2017	BENVENUTI, Juçara; RAPKIEWICZ, Clevi Elena.	LETRAMENTO DIGITAL NA EJA: INTEGRANDO CULTURA DIGITAL, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA
5	2017	OLIVEIRA, Diane de.	OFICINA DE LETRAMENTO DIGITAL NA EJA: SENTIDOS E APRENDIZAGENS
6	2017	SILVA, Rosângela Maria Dias da et al.	BLOG COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO PROMOVENDO INCLUSÃO DIGITAL NA EJA DA ESCOLA PÚBLICA EM PERNAMBUCO
7	2017	CRUZ, Karla Nascimento.	OS REFLEXOS NA VIDA DE ESTUDANTES JOVENS, ADULTOS E IDOSOS A PARTIR DE UMA PRÁTICA DE INCLUSÃO DIGITAL COLETIVA
8	2017	LUSTOSA, Ivanete; DE LIMA, Luciana; MARTINS, Sebastiana Dalva Valentim.	CAPÍTULO 10 LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 9
9	2017	MATOS, Kelly Cristina José de.	CURSO DE PEDAGOGIA

10	2018	CONCEIÇÃO, Lorena Silva Eunapio da; PESSÔA, Luís Alexandre Grubits de Paula.	A EXPERIÊNCIA DE CONSUMIDORES COM BAIXO LETRAMENTO EM REDES SOCIAIS E COMUNICADORES INSTANTÂNEOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
11	2018	PLÁ, Jessica Balbinot.	FÁBRICA DE MEMES: BUSCANDO LETRAMENTO DIGITAL NA EJA ATRAVÉS DE MEMES DE INTERNET
12	2019	MOREIRA, Claudio Rocha et al.	INCLUSÃO E LETRAMENTO DIGITAL NA EJA ATRAVÉS DAS TIC: PESQUISANDO SOBRE OS CRIMES CIBERNÉTICOS
13	2019	MATOS, Juliana Sara Costa et al.	LETRAMENTO DIGITAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
14	2020	OLIVEIRA, Marilice Botelho Martins; BORGES, Elizabeth Velter; LIMA, T. B.	INCLUSÃO DIGITAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: QUAL O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR.
15	2020	AUGUSTO, Bruna Caroline; PORTO, Humberta Gomes Machado.	BARREIRAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE: VENCENDO O ANALFABETISMO DIGITAL POR MEIO DE JOGOS DIGITAIS
16	2020	JOAQUIM, Bruno dos Santos; VÓVIO, Cláudia Lemos; PESCE, Lucila.	INCLUSÃO E LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL
17	2020	BALDINI NETO, Rubens.	LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM A UTILIZAÇÃO DE AVA: POSSIBILIDADE DE UM APRENDIZADO SIGNIFICATIVO
18	2020	LEAL, Igor Gabriel; FERNANDES, Jarina Rodrigues.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO INCREMENTO PARA AS AÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E

			ADULTOS
19	2021	ALMEIDA, Lúcia Maria de; SILVA, Clécio Danilo Dias da; TORRES, Carina Ioná de Oliveira.	TECNOLOGIA EDUCACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
20	2021	MARINELI, Rodrigo Chechi.	INSTRUMENTO LÚDICO PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A PLATAFORMA EDMODO
21	2021	MORAIS, Ceres Germanna Braga.	INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CAMINHO PARA A HUMANIZAÇÃO?
22	2022	MOREIRA, Ademilde Aguilar.	LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR DE POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM
23	2023	Andrade, Laura Riccioppo Costa De Freitas.	ANALFABETISMO DIGITAL E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ACESSO À JUSTIÇA BRASILEIRA
24	2023	DA SILVA COELHO, Rosiane Malvina; TONELLI, Elizangela.	MULTILETRAMENTO E AVA MOODLE: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
25	2023	NASCIMENTO, Richard Burgedurf do.	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PONTOS PARA UMA PROPOSTA DE DISCIPLINA NA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
26	2024	LIMA, Livia Katehusca Abrantes de et al.	DO SABER DA EXPERIÊNCIA ÀS FERRAMENTAS DIGITAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES COM A TECNOLOGIA PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.
27	2024	DOS SANTOS MARQUES, Alba.	O ANALFABETISMO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E

			ADULTOS–EJA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAGUAÍNA–TO
28	2024	BAPTISTA, Anderson José Lisboa; TELES, Jorge.	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UM MUNDO HÍBRIDO:
29	2024	DOS SANTOS, Sara Regina Campelo Dias; CARMONA, David Arenas.	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL NA EJA: ESTIMULAÇÃO A CRITICIDADE PARA ANÁLISE DO DISCURSO DE ÓDIO E FAKE NEWS
30	2024	FAVERO, Rute Vera Maria; CARDOSO, Raíssa Gabriella Wasem; SEGABINAZZI, Stéfani Daniel.	A RELAÇÃO DO ALUNADO EJA COM AS TECNOLOGIAS: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA BNCC
31	2024	SILVA, Vinícius Henrique Sales da.	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL HUMANIZADA
32	2024	SILVA, André Almeida; DE MIRANDA OLIVEIRA, Gustavo Henrique Ferreira; TAVARES, Caroline.	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM RELATO SOBRE AÇÕES DE RECONHECIMENTO E COMBATE A RISCOS VIRTUAIS
33	2024	FERNANDES, Maria Jarlene Anselmo da Silva.	POESIA DIGITAL NA SALA DE AULA: O CIBERPOEMA EA FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO
34	2024	DA SILVA, Joyce Imaculada Souza; DA SILVA, Jean Brito.	A UTILIZAÇÃO DO PODCAST COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO DO LETRAMENTO DIGITAL DOS ESTUDANTES DA EJA
35	2025	SANTOS, Jocenildes	A APLICAÇÃO DE WEBQUEST COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

		Zacarias; DE ALMEIDA, Mônica Toledo Pires.	DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS–EJA
36	2025	MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes et al.	DESAFIOS E INOVAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO E A CIDADANIA

fonte: Elaborado pelo autor

Após a caracterização inicial dos estudos, organizada no Quadro 3, foi realizada a leitura completa de cada um dos arquivos, preenchendo as categorias síntese do trabalho, estratégia de ensino, local onde foi realizada a pesquisa.

A leitura completa dos 36 estudos selecionados mostrou que nem todos tratavam do letramento digital de forma ampla. Parte dos trabalhos focava apenas no uso técnico do computador, restringindo-se ao ensino de habilidades básicas, como utilizar softwares e navegar na internet, sem considerar aspectos críticos, comunicativos ou sociais do letramento digital.

Assim, a partir do conceito adotado nesta pesquisa, foram mantidos para análise aprofundada somente os estudos que apresentavam de forma clara suas estratégias de uso das tecnologias digitais voltadas ao desenvolvimento do letramento digital na EJA, resultando em um conjunto final de 9 trabalhos.

No Quadro 4, a seguir, os trabalhos selecionados foram organizados em ordem crescente, conforme o ano de publicação. Além do ano, são apresentados o autor, o título e um código identificador (ID) composto por letra e número, que será utilizado como referência ao longo desta pesquisa.

Quadro 4 - Conjunto final de trabalhos para análise

ID	ANO	AUTOR	TÍTULO	LOCAL DE PESQUISA
A1	2017	BENVENUTI, Juçara; RAPKIEWICZ, Clevi Elena.	LETRAMENTO DIGITAL NA EJA: INTEGRANDO CULTURA DIGITAL, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	Porto Alegre/RS
A2	2017	SILVA,	BLOG COMO DISPOSITIVO	Recife/PE

		Rosângela Maria Dias da et al.	PEDAGÓGICO PROMOVENDO INCLUSÃO DIGITAL NA EJA DA ESCOLA PÚBLICA EM PERNAMBUCO	
A3	2017	CRUZ, Karla Nascimento.	OS REFLEXOS NA VIDA DE ESTUDANTES JOVENS, ADULTOS E IDOSOS A PARTIR DE UMA PRÁTICA DE INCLUSÃO DIGITAL COLETIVA	Brasília - DF
A4	2019	MOREIRA, Claudio Rocha et al.	INCLUSÃO E LETRAMENTO DIGITAL NA EJA ATRAVÉS DAS TIC: PESQUISANDO SOBRE OS CRIMES CIBERNÉTICOS	Belo Horizonte/MG
A5	2020	BALDINI NETO, Rubens.	LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM A UTILIZAÇÃO DE AVA: POSSIBILIDADE DE UM APRENDIZADO SIGNIFICATIVO	São Paulo/SP
A6	2020	LEAL, Igor Gabriel; FERNANDES, Jarina Rodrigues.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO INCREMENTO PARA AS AÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	São Carlos/SP
A7	2021	MARINELI, Rodrigo Chechi.	INSTRUMENTO LÚDICO PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A PLATAFORMA EDMODO	Barra Bonita/SP
A8	2024	SILVA, André Almeida; DE MIRANDA OLIVEIRA, Gustavo	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM RELATO SOBRE AÇÕES DE RECONHECIMENTO E	Penedo/AL

		Henrique Ferreira; TAVARES, Caroline.	COMBATE A RISCOS VIRTUAIS	
A9	2025	SANTOS, Jocenildes Zacarias; DE ALMEIDA, Mônica Toledo Pires.	A APLICAÇÃO DE WEBQUEST COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS–EJA	Lauro de Freitas/BA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o objetivo de analisar como os estudos evidenciam a importância do letramento digital na Educação de Jovens e Adultos, realizou-se a leitura dos trabalhos selecionados, a partir da qual foram identificados termos que justifiquem as ações de letramento digital na EJA como instrumento para promover inclusão digital e social, inserção ao mercado de trabalho, transformação do sujeito e justiça social. No Quadro 5 a seguir destaca os conceitos apresentados por cada estudo.

Quadro 5 - Conceitos recorrentes nos estudos

CONCEITOS	TRABALHO
Inclusão Social	A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8 , A9
Inserção ao mercado de trabalho	A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9
Transformação do sujeito	A1, A2, A3, A6, A7, A9
Justiça Social	A7

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, observa-se que o letramento digital na EJA é predominantemente compreendido como uma ferramenta para promover a inclusão social, além de desenvolver autonomia, permitindo que os alunos utilizem a tecnologia de forma consciente e responsável. Outro aspecto destacado nos estudos é a inserção no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de habilidades que ampliam as oportunidades profissionais.

Para compreender como esses conceitos são trabalhados nos estudos, realizou-se um mapeamento das estratégias metodológicas voltadas ao letramento digital na EJA, organizado e apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Estratégias de letramento digital na EJA apresentada nos trabalhos

ID	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	SÍNTESE DA PRÁTICA
A1	Projeto Interdisciplinar.	Atividade integrando Cultura Digital, Língua Portuguesa e Literatura na EJA, com foco no tema “Mercado de Trabalho”, envolvendo navegação orientada na internet, produção de história em quadrinhos (HQ), currículo e candidatura a vaga de emprego online.
A2	Projeto pedagógico com blog.	Ação pedagógica com criação de blog de forma coletiva, manutenção e interação do mesmo.
A3	Projeto de alfabetização com inclusão digital.	Projeto coletivo articulando alfabetização e inclusão digital, com produção digital de livro coletivo seguindo narrativas que valorizam as experiências e os contextos dos estudantes.
A4	Intervenção pedagógica temática.	Intervenção pedagógica com foco em crimes cibernéticos, promovendo navegação orientada, investigação e reflexão crítica sobre segurança e uso responsável da internet.
A5	Projeto de letramento digital mediado por plataforma virtual.	Projeto de letramento digital por meio do AVA Google Classroom, promovendo aprendizagem assíncrona e produção digital colaborativa, incluindo livro digital, criação de avatar e textos autobiográficos em formato de cordel. Para além do AVA o projeto inspirou os estudantes a criarem um blog como agência de notícias da escola.
A6	Projeto de integração das TIC na EJA	Atividades iniciadas por roda de conversa sobre tecnologias, seguidas de exploração guiada de celulares e computadores, produção de currículo e

		pesquisas online, incluindo reflexão crítica sobre fake news e acontecimentos locais.
A7	Sequência didática interdisciplinar	Sequência interdisciplinar na EJA articulando Ciências e letramento digital, com uso da plataforma Edmodo e metodologia colaborativa, incluindo realização de atividades online, produção digital e aulas voltadas ao uso educativo do computador.
A8	Curso de extensão em segurança digital	Curso formativo com encontros voltados ao debate e à identificação de riscos na internet, abordando práticas como golpes virtuais, exposição indevida de informações, cyberbullying e grooming.
A9	WebQuest integrada a projeto interdisciplinar	Uso da metodologia WebQuest em projeto interdisciplinar na disciplina de Biologia, incentivando navegação crítica, pesquisa orientada e produção de conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que as estratégias de desenvolvimento do letramento digital na Educação de Jovens e Adultos, acontecem em sua maioria, por meio de projetos interdisciplinares, intervenções pedagógicas temáticas e sequências didáticas.

As ações envolvem atividades como navegação orientada na internet, produção de currículos e HQ, criação e manutenção de blogs, elaboração de livros digitais, uso de ambientes virtuais de aprendizagem, além de reflexões críticas sobre segurança digital, fake news e uso responsável das tecnologias.

Podemos perceber que, de forma geral, as estratégias identificadas priorizam metodologias ativas e contextualizadas com a realidade dos alunos da EJA, integrando o uso das tecnologias a demandas concretas da vida dos estudantes, como capacitação para o mercado de trabalho, produção digital autoral e segurança digital.

Nota-se também que o letramento digital é frequentemente desenvolvido por meio de projetos específicos, o que revela iniciativas relevantes, porém pontuais, por não abranger mais escolas. Esse cenário sugere que, embora haja propostas

significativas, o letramento digital ainda não se apresenta de forma plenamente integrada e contínua no currículo da EJA.

Com os resultados apresentados, a seção a seguir discute os dados, relacionando-os com a literatura e refletindo sobre seus significados e implicações para o letramento digital na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

6. DISCUSSÃO

Nesta seção, discutem-se os resultados obtidos na análise dos estudos selecionados sobre letramento digital na Educação de Jovens e Adultos, considerando a importância, os objetivos e as estratégias metodológicas identificadas.

Desse modo, a análise dos estudos selecionados (A1 a A9) evidencia que o letramento digital na Educação de Jovens e Adultos é compreendido como instrumento de inclusão social, inclusão digital e inserção no mercado de trabalho. Alguns trabalhos também destacam a transformação do sujeito e a promoção da justiça social, mostrando que o letramento digital vai além de habilidades técnicas e envolve aspectos sociais, culturais e críticos. Essa perspectiva está alinhada com Soares (2002), que considera que os novos modos de letramento na cibercultura possuem efeitos diferentes nas nossas relações, no nosso pensamento e na forma como nos expressamos.

Os estudos revelam que as estratégias metodológicas mais frequentes são projetos interdisciplinares, sequências didáticas e intervenções mediadas por plataformas digitais (Quadro 6). Dentre esses, destaca-se o estudo A3, que estruturou suas práticas a partir da história de vida, da realidade e dos saberes prévios dos estudantes. Com isso, a produção de um livro coletivo teve origem em um trabalho sobre receitas típicas das regiões de origem dos alunos, promovendo a escrita inicial manual e, posteriormente, a digitação do conteúdo.

Outro estudo que se destaca é o A6, que iniciou a prática com uma roda de conversa sobre tecnologias, apresentando imagens de diversos instrumentos para que os alunos classificassem se os consideravam ou não como tecnologia, com o objetivo de estimular o diálogo e a reflexão sobre o que entendemos por tecnologia.

Essas abordagens dialogam diretamente com os princípios de Paulo Freire (2024), que propõe uma educação dialógica, centrada no educando e orientada à conscientização. Os estudos A3 e A6 promovem participação ativa, valorização dos saberes prévios e problematização do conhecimento.

No estudo A2, os estudantes foram desafiados a compreender e criar um blog para a escola. Inicialmente, a construção do blog seguiu um tutorial, permitindo que os alunos aprendessem as funcionalidades básicas da plataforma. Em seguida, eles passaram a produzir postagens sobre a feira de ciências que iriam realizar, aplicando de forma prática os conhecimentos adquiridos. Essa prática reafirma a perspectiva de Lúcia Santaella, ao propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais digitais.

Dentre os demais estudos, nem todos incluíram ações práticas por parte dos alunos. Por exemplo, no estudo A8, foi ofertado um curso de cinco encontros, composto por conteúdo expositivo e discussões sobre riscos virtuais. Ainda dentro da mesma linha temática, o estudo A4 conseguiu realizar as atividades de forma prática. Para despertar o interesse dos alunos, foram apresentados inicialmente exemplos ficcionais, seguidos de exemplos reais, e os alunos foram incentivados a pesquisar os termos relacionados a crimes cibernéticos.

Em relação à execução das atividades, os estudos analisados também evidenciam diversos desafios recorrentes na implementação do letramento digital na EJA. Entre eles, destacam-se limitações na infraestrutura do espaço e nos recursos de informática, como acesso à internet e equipamentos adequados, assim como a ausência de profissionais técnicos para manutenção dos equipamentos.

Ainda, observam-se dificuldades relacionadas às condições dos alunos, como limitações motoras e cognitivas, diferenças de desempenho de acordo com a faixa etária e interesses, que demandam planejamento pedagógico personalizado. Outro problema crítico e infelizmente característico da EJA é a evasão escolar, que compromete a continuidade das ações e a consolidação das competências digitais. Esses desafios reforçam a necessidade de estratégias educativas contextualizadas, flexíveis e apoiadas por políticas públicas consistentes.

De forma adicional, uma fragilidade observada acerca da promoção do letramento digital é que a maioria das ações se trata de projetos de extensão, o que indica que essas atividades não abrangem todas as escolas que ofertam a

modalidade EJA, e ainda não garante para as escolas alcançadas um acompanhamento contínuo aos estudantes.

Em síntese, os estudos evidenciam que o letramento digital na EJA vai além do ensino de ferramentas tecnológicas, configurando-se como um instrumento de inclusão social, fortalecimento do protagonismo estudantil e desenvolvimento da participação crítica. Apesar dos avanços observados, ainda persistem desafios ligados à infraestrutura, à disponibilidade de recursos tecnológicos, à diversidade de habilidades dos alunos e à evasão escolar, o que demanda a adoção de estratégias pedagógicas flexíveis, contextualizadas e sustentadas por políticas educacionais consistentes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil mostra avanços importantes, mas também retrocessos que afetaram a continuidade e a qualidade das ações para esse público. Por isso, é essencial que as políticas públicas voltadas à EJA sejam pensadas de forma humanizada, considerando a realidade dos estudantes e buscando oferecer oportunidades reais de aprendizagem e transformação social.

A partir desta pesquisa, fica claro que a educação continuada precisa atender às demandas atuais da vida em sociedade, sendo o letramento digital fundamental para garantir inclusão, autonomia e participação ativa dos sujeitos no mundo contemporâneo.

Além de oferecer estratégias metodológicas voltadas para o público da EJA, devem ser garantidos também espaços e recursos tecnológicos apropriados para a realização das atividades, bem como professores e demais profissionais capacitados para garantir a utilização adequada dos recursos e manutenção.

Espera-se que este trabalho contribua de forma significativa para o campo da educação, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do desenvolvimento do letramento digital, ao apresentar dados que possam orientar novas ações pedagógicas e fortalecer pesquisas futuras. Nesse sentido, inspirada na metodologia de alfabetização de Paulo Freire e nos resultados desta investigação, apresenta-se, como contribuição adicional, uma proposta de

intervenção voltada ao letramento digital na EJA, com o intuito de ampliar as possibilidades formativas e promover práticas educativas mais inclusivas e contextualizadas.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A partir dos métodos apresentados neste trabalho para o ensino da EJA, foi pensada e realizada uma proposta de intervenção pedagógica para aplicação do Letramento Digital na EJA.

Freire afirma que seu método só alcança plena eficácia quando é constantemente reinventado por aqueles que o colocam em prática. Para ele, a alfabetização/educação não deve ser tratada como um conjunto de técnicas prontas, mas como um processo vivo, que precisa ser recriado de acordo com a realidade, a cultura e as necessidades dos educandos (FREIRE, 2024). Dessa forma, aliando o método Paulo Freire com as novas tecnologias, a proposta de intervenção criada para o letramento digital na EJA realiza os passos a seguir:

Em uma sala de aula com acesso a computadores e internet, o professor deve guiar os alunos para acessar um site colaborativo que cria nuvens de palavras.

1º Levantamento do universo vocabular: com auxílio de um site de montagem de nuvens de palavras colaborativo como o www.mentimeter.com, os alunos devem escrever de forma individual quais os serviços e plataformas digitais que precisam acessar diariamente, mas que ainda encontram algum nível de dificuldade. Conforme eles escrevem, a nuvem de palavras pode ser projetada para que todos acompanhem tanto no computador quanto no quadro também. Ao criar a nuvem de palavras, o objetivo é que os alunos percebam quais palavras se repetem e analisem que outros colegas podem ter dificuldades com a mesma plataforma.

2º Escolha das palavras geradoras: a própria nuvem de palavras norteará o professor na escolha das palavras geradoras. Escolhendo, por exemplo, as palavras mais repetidas pelos alunos, ou dentre as palavras, o sistema digital de uso essencial para que todos possam conhecer.

3º Criação de situações existenciais: Com base nas palavras geradoras, os alunos irão discutir sobre os serviços digitais que eles consideram essenciais e que sejam de uso comum para todos da turma, e quais são as dificuldades que cada um tem.

4º Elaboração das fichas de cultura/descoberta: Com base na plataforma escolhida, por exemplo, o site do gov.br, o professor criará situações de uso do site de acordo com as necessidades e dificuldades discutidas na etapa anterior. Para a utilização do gov.br no computador, os alunos deverão passar por todo o processo de ligar e abrir o navegador de busca, pesquisar e selecionar o site correto. Nesse processo, é importante que eles exercitem a leitura do site, das opções de serviço, identifiquem padrões de ícones como menu, fechar janela, perfil, voltar, campo de busca, campo de preenchimento de dados, podendo ser uma exploração livre ou guiada pelo professor.

Nessa etapa, será importante para o professor aliar o Pensamento Computacional, em especial o pilar do reconhecimento de padrões, para identificação dos símbolos comuns usados na internet. Ao final da exploração, o professor poderia abrir os outros sites das nuvens de palavras e perguntar sobre os mesmos elementos que estavam presentes no site do gov.br.

5º Decomposição das fichas/ Reflexão da prática: Os alunos poderiam relatar para a turma quais foram suas principais descobertas neste processo e apresentar quais outras plataformas eles conseguiram acessar de forma autônoma.

REFERÊNCIAS

BONILLA, Maria Helena Silveira. Escola aprendente: desafios e possibilidades postos no contexto da sociedade do conhecimento. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNE/CEB 11/2000. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção V*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 Maio 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 2/2022. Normas sobre o ensino de Computação na Educação Básica. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, p. 55, 3 out. 2022. Disponível em: http://undime.org.br/uploads/documentos/phpgKoeop_634030d0d09ff.pdf . Acesso em 09 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Ed. Extra, p. 1, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14533.htm . Acesso em: 09 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do calendário escolar e possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19. Brasília, DF: MEC/CNE, 2020. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192

. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parte I: A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI... Brasília, s.d. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Partel.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Com o novo plano de educação, governo e educadores querem superar quadro de 11 milhões de analfabetos no Brasil. Brasília, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1169540-com-o-novo-plano-de-educacao-governo-e-educadores-querem-superar-quadro-de-11-milhoes-de-analfabetos-no-brasil/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão aprova inclusão de pessoas idosas no programa Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1234486-COMISSAO-APROVA-INCLUSAO-DE-PESSOAS-IDOSAS-NO-PROGRAMA-EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS>. Acesso em: 03 fev. 2026.

CANEDO, Daniele. Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009, Salvador. Anais... Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 2009. Disponível em: <http://cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf> . Acesso em: 10 dez 2025.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. Alfabetização ou alfabetização digital. *International Studies on Law and Education*, v. 23, 2016.

COUTO, Maria Elizabete Souza. Alfabetização e letramento digital. *Estudos IAT*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 45–62, jan./jun. 2012.

CUNHA, Oswaldo Norbim Prado. Imagens em trânsito: o telefone celular e as novas estéticas audiovisuais. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) –

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2010.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. de M.; BITTENCOURT, Ig I. Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura em Informática na Educação. In: JAQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA, Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano. (Org.) Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa. Porto Alegre: SBC, 2020. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 2) Disponível em: <<https://ceie.sbc.org.br/metodologia/livro-2>>. Acesso em: 10 fev 2026.

DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio (orgs.). *Paulo Freire: método e didática*. Chapecó: Editora Livrologia, 2020.

DINIZ, Gleison Mendonça; MACHADO, Diego de Queiroz; MOURA, Heber José de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 641–666, maio/jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/6SVpFbzjGTKNbP5grC8P3JN/> Acesso em: 27 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 88. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025.

IBGE. Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. *Agência de Notícias IBGE*, 2022. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>. Acesso em: 05 jul. 2023.

INSTITUTO PAULO FREIRE. História. s.d. Disponível em:
<https://www.paulofreire.org/historia>. Acesso em: 27 nov. 2025.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias digitais. In: MILL, Daniel (org.). Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância. Campinas: Papirus, 2018. Disponível em:
https://www.academia.edu/43844286/Verbetes_CULTURA_DIGITAL Acesso em 10 dez. 2025.

LIMA, Francisco Mateus Alexandre de. O movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) e a implantação do programa de profissionalização. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), Linha de Pesquisa Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2024. Disponível em:
<https://repositorio.ufersa.edu.br/items/5064543a-8897-4163-ab41-06b2f8e6dcbd>. Acesso em: 20 nov. 2025

MACHADO, Maria Margarida; RIBEIRO, Renato. Contribuições de Freire e Gramsci para pensar a EJA na Pandemia. Debates em Educação, v. 13, p. 175-199, 2021.

MELO, Sandra Maria Alves Barbosa; LOPES, Eliete Borges. Um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Avanços & Olhares – Revista Acadêmica Multitemática do IESA, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 134-148, jul./dez. 2020. Disponível em:
<https://revista.institutoiesa.com/wp-content/uploads/2020/11/12-UM-BREVE-HISTORICO-DA-EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-NOSandra-Maria.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

O Globo. Desinformação e erros no sistema aumentam filas nas agências da Caixa. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/economia/desinformacao-erros-no-sistema-aumentam-filas-nas-agencias-da-caixa-1-24398865>. Acesso em: 03 fev. 2026.

REZENDE, Maria Valéria. A educação popular no Brasil – uma visão histórica. In: OLIVEIRA, Ailza Freitas de; et al. (org.). Educação popular: autoras e autores da Paraíba. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção Saberes em Educação Popular, v. 2). p. 18-62. ePDF. ISBN 978-65-5621-321-7.

RIBEIRO, Leila; CASTRO JUNIOR, Alberto Nogueira de; FRÖHLICH, Antônio Augusto; FERRAZ, Carlos André Guimarães; FERREIRA, Carlos Eduardo; SEREY, Dalton; CORDEIRO, Daniel de Angelis; CASTRO FILHO, José Aires; BIGOLIN, Nara; CAVALHEIRO, Simone. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Computação para o ensino de computação na educação básica. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. Disponível em: <https://books-sol.sbc.org.br/index.php/sbc/catalog/book/60>. Acesso em: 04 fev. 2026

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 22, p. 23–32, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3229/2493> . Acesso em: 10 dez. 2025

SANTOS JUNIOR, José Tony Vidal; SILVA, Bruno Gonçalves da. Primeiros modernos e sua nova forma de vida após a última era glacial. In: SALES, Matheus Gleydson do Nascimento; OLIVEIRA, Matusalém Alves (org.). Diálogos sobre pré-história: mente, cultura e sociedade. Volume I. 1. ed. Campina Grande, 2022. p. 185–193.

SANTOS, Lidiane Nayara Nascimento dos. Viver é lutar: a proposta didático-pedagógica do Movimento de Educação de Base (1961/1966). 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2014.

SANTOS, Sebastião Henrique Gonçalves dos. Paleolítico médio: homem de Neandertal, a dominação do fogo e a indústria musteriense. In: SALES, Matheus Gleydson do Nascimento; OLIVEIRA, Matusalém Alves (org.). Diálogos sobre pré-história: mente, cultura e sociedade. Volume I. 1. ed. Campina Grande, 2022. p. 294–303.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Sesc). Painel Rede.S – vol. 1. Rio de Janeiro, 16 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.sesc.com.br/multimedia/publicacoes/painel-rede-s-1/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SOARES, Magda; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Alfabetização e letramento: caderno do professor*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. 64 p. (Coleção Alfabetização e Letramento).

SOUZA, José Eduardo Pereira de. *Informática na EJA: contribuições da teoria histórico-cultural*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, 2010.